



EDITAL DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 06/2026

GMS 606/2026

Processo nº 25.705.719-4

UASG 459651

Modalidade: Pregão Eletrônico

1. PREÂMBULO

1.1 A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela Portaria nº 171/2025, de 05/06/2025, e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022, Lei Complementar Federal nº 123/2006, suas alterações, e demais normas aplicáveis, torna público a realização de Licitação, na modalidade, **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, para contratação do objeto descrito na Cláusula 3, em Regime de Empreitada por Preço Unitário.

2 – RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DISPUTA DE LANCES

2.1 O Pregão Eletrônico será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações **Compras.gov.br**. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o **www.compras.gov.br**

2.1.1 O edital está disponível nos endereços eletrônicos www.compras.gov.br/pncp, www.comprasparana.pr.gov.br e www.licitacao.uenp.edu.br.

2.1.2 Os autos do processo da licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema e-protocolo no site www.e-protocolo.pr.gov.br, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

2.2 Acolhimento das propostas: **até as 09:00 horas do dia 27/05/2026.**

2.3 Disputa de Preços: as **09h05min do dia 27/05/2026.**

2.4 Modo de Disputa: **Aberto e Fechado.**

2.5 Critério de Julgamento: **Menor Preço por Lote.**

2.6 Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

2.7 Na hipótese de indisponibilidade do sistema Compras.gov ou qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame, a sessão será remarcada, com um prazo mínimo de 24 horas para abertura a partir do aviso de remarcação no sistema.



3 – OBJETO

3.1 Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Seguro Veicular, para 9 (nove) veículos da frota da UENP, conforme especificações técnicas mínimas indicadas no Termo de Referência.

3.2 Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritos no portal Compras.Gov e as especificações constantes deste Edital, **prevalecerão as especificações do Edital**.

4 – VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO

4.1 O valor máximo total da licitação é de R\$ 66.144,49 (sessenta e seis mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).

5 – DOS ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAÇÕES

5.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, qualquer interessado poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o edital desta licitação, conforme disciplina o Art. 164 da Lei 14.133/21.

5.2 Os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações deverão ser formulados por escrito, encaminhados por meio do e-mail licitacao@uenp.edu.br.

5.3 Os pedidos serão analisados e decididos pela Comissão de Licitação, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4 Não serão conhecidos os pedidos de esclarecimentos, providências ou impugnações, apresentados após o prazo estabelecido, levando-se à presunção de total e irrestrito aceite aos termos e condições fixados no edital e seus anexos.

5.5 Fica a critério do Pregoeiro, exclusivamente, conhecer os pedidos encaminhados de forma diversa a estabelecida no item 5.2.

6 - ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 Os pagamentos decorrentes da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da dotação orçamentária nº 4548.12.364.34.8149, natureza de despesa 3390-3969, Fonte: 500.

7 - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

7.1 A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contada a partir da publicação de seu extrato no DIOE/PR.

7.2 A contratação poderá ser prorrogada sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nas condições básicas determinadas art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e art. 406 do Decreto Estadual 10.086/2022, mediante ajuste entre as partes interessadas.



8 - DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1 O pagamento será realizado mediante a emissão da apólice e emissão do boleto bancário (ou instrumento equivalente).

8.2 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação do respectivo boleto bancário.

8.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.3.2 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 - DA REALIZAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO

9.1 O Pregão Eletrônico será realizado por meio do sistema **Compras.gov.br**

9.2 Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema.

9.3 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao o sistema de compras eletrônicas implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao Pregão.

9.4 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

10.1 Os interessados em participar devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas Compras.gov.br

10.2 Poderão participar do presente certame todos os interessados que preencham as condições exigidas neste edital e que:

- a) não tenham sido declaradas inidôneas para contratar com o Poder Público;
- b) não estejam em processo de falência ou concordata;
- c) não estejam proibidas de transacionar com o Poder Público.



10.3 Não poderão participar da presente licitação os interessados que se encontrem nas situações de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021

10.3.1 Não poderão participar as empresas inseridas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE/PR (com sanção de impedimento de licitar/contratar com o Estado do Paraná).

10.4 Na presente licitação é vedada a participação de empresas em consórcio.

10.5 É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) pessoa física;
- b) empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
- c) empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- e) empresa que esteja temporariamente suspensa para participar de licitação e impedida de contratar com a UENP;
- f) empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal, a partir da publicação do ato na Imprensa Oficial.

10.6 Estendem-se os efeitos das penalidades de suspensão e da declaração de inidoneidade:

- a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no item anterior.

11 - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

11.1 O licitante deverá enviar sua proposta e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema **Compras.gov.br**, no prazo previsto neste edital.

11.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos Serviços.

11.3 O critério de julgamento das propostas será o de **Menor Preço por Lote**.

11.4 O prazo de validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, sendo considerado como tal em caso de omissão.

11.5 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não



aceitará inclusão, alteração ou desistência das propostas.

12 - DO MODO DE DISPUTA

12.1 O modo de disputa adotado para este pregão será o “**aberto e fechado**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

12.2 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 minutos, aleatoriamente determinado (randômico), findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

12.3 Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.3.1 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, o sistema convocará os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, para oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.4 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

12.4.1 Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

12.5 Poderá o(a) pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.

13. - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

13.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e sistema eletrônico indicados neste Edital.

13.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores.

13.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

13.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



13.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

15.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

13.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Pregoeiro e os licitantes.

13.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

13.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 12.3 deste Edital.

13.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

13.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

13.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

13.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

13.10 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da sessão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

13.11 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

13.12 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

13.13 Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas/empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

13.14 Nessas condições, as propostas de microempresas/empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

13.15 A ME/EPP melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



13.16 Caso a microempresa/ empresa de pequeno porte melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

13.17 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas/empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

13.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

13.19 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

13.20 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

13.21 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

13.21.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

13.22 O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares.

13.23 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 15.22.

13.24 Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores unitários máximos e totais máximos fixados neste Edital.

13.25 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

- a) não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;



- b) contenha vício insanável ou ilegalidade;
- c) não apresente as especificações técnicas exigidas nos elementos técnicos instrutores;
- d) apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

14.3 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema.

14.4 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

14.4.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

14.4.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se a proposta ajustada e documentos complementares.

14.5 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

14.6 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

14.7 O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

14.8 Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

14.9 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.10 Sempre que a proposta não for aceita, e antes do Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

14.11 Havendo apenas uma proposta e desde que atenda a todas as condições do edital e estando o seu preço compatível com o praticado no mercado, esta poderá ser aceita.

14.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

15 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

15.1 Os licitantes arrematantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a carta proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto



(conforme Modelo do Anexo 02) e os documentos de habilitação, até a data e o horário estabelecidos pelo Pregoeiro.

15.2 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos no edital, que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (GMS), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

15.2.1 A habilitação do licitante com cadastro completo no SICAF ou GMS/CFPR poderá ser verificada por consulta online ao sistema, aos documentos por ele abrangidos (habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômica financeira), dispensando o envio desta documentação, e por meio da documentação complementar especificada neste Edital.

15.2.1.1 Ao licitante inscrito no SICAF ou GMS/CFPR, cuja documentação relativa à regularidade fiscal, trabalhista e à qualificação econômico-financeira encontrar-se vencida nestes sistemas, será facultada a apresentação da documentação atualizada na plataforma Compras.gov.br.

15.3 As Microempresas/Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

15.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da PREGÃO ELETRÔNICO, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

16 - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

16.1 Os documentos para habilitação que deverão ser inseridos no sistema Compras.gov.br, após a solicitação do Pregoeiro, são os seguintes:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, inclusive a última alteração contratual, devidamente registrada, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição dos seus administradores – os documentos podem ser substituídos por certidão simplificada da Junta Comercial, desde que constem os nomes dos representantes legais da proponente e o ramo de atividade, com data de expedição não superior a 06 (seis) meses;
- b) Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- c) Certidão (ou documento equivalente) da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), atestando a regularidade do licitante para operar no mercado segurador brasileiro;
- d) **Certidão de regularidade com a Fazenda Federal (CND Federal)**, mediante a apresentação de Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, inclusive



contribuições sociais, expedido pela Secretaria da Receita Federal, ou outra equivalente, na forma da lei;

- e) **Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual (CND Estadual)**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) **Prova de regularidade com a Fazenda Municipal (CND Municipal)**, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito de Tributos Municipais, ou outra equivalente, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa proponente;
- g) **Certificado de Regularidade de Situação - CRF (FGTS)**;
- h) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**;
- i) **Certidão do Distribuidor probatória de inexistência de processos de falência e concordata, ou recuperação judicial e extrajudicial**. Não constando o prazo de validade, será aceita somente a certidão expedida até 90 (noventa) dias antes da abertura das propostas;
- j) **Balanço patrimonial** e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

16.2 Conforme o contido na Lei Complementar nº 123/06, na habilitação de microempresa ou empresa de pequeno porte, “havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.”.

16.3 Ainda em referência a Lei Complementar 123/2006 será aplicado o benefício do empate ficto às microempresas e empresas de pequeno porte (art. 44 e 45).

17 - DA HOMOLOGAÇÃO

17.1 Constatado o atendimento de todas as exigências fixadas no edital, tanto no tocante à proposta quanto à documentação de habilitação, o licitante que ofertar o menor preço será declarado vencedor, pelo Pregoeiro.

17.2 Depois de resolvidos os recursos eventualmente formulados ou, em caso de sua inexistência, os autos serão encaminhados à autoridade competente, que poderá:

- I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sem-



pre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação. para homologação do resultado do certame, podendo, ainda, revogar a licitação por interesse público ou anulá-la se constatada alguma irregularidade.

17.3 Homologada a presente licitação, a UENP convocará o adjudicatário para assinar o contrato ou aceitar outro instrumento hábil, em até 05 (cinco) dias úteis (prorrogável a critério da UENP), sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

17.4 Para a assinatura do contrato, o adjudicatário deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, mantendo as condições de habilitação exigidas na licitação, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.5 A UENP poderá, quando o convocado não assinar o contrato ou aceitar outro instrumento hábil no prazo e condições estabelecidos neste edital: convocar as proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços; ou revogar a licitação.

17.5.1 Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do 1º colocado, a UENP poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

17.6 Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual nº 18.466, de 2015.

18 - DOS RECURSOS

18.1 Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa que antecede a adjudicação.

18.1.1 As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico.

18.1.2 Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico.

18.2 A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.



18.3 As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo Pregoeiro.

18.5 O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

19.1.1 Pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações estabelecidas neste edital, são cabíveis as seguintes sanções administrativas:

- a. Advertência;
- b. Multa;
- c. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar por prazo não superior a 02 (dois) anos,
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a UENP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

19.1.2 Para aplicação das sanções administrativas, a UENP levará em consideração a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

19.2 A sanção administrativa de **ADVERTÊNCIA** será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de contratação, nos moldes do art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022:

I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

19.3 A sanção administrativa de **MULTA** poderá ser de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, e será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
- b) não mantiver sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.



- e) apresentar documento falso;
- f) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- g) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

19.4 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022.

19.5 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

19.6 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto n.º 11.953, de 2018.

19.7 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUFPR).

19.8 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

19.8.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

19.9 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

19.10 A sanção administrativa de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme § 3º do art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022.

19.11 A sanção administrativa de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 197 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20 - DA SUBCONTRATAÇÃO

20.1 Não será permitida a subcontratação do objeto.



21 - DO FISCAL E DO GESTOR DO CONTRATO

21.1 A fiscalização dos serviços será realizada pelos servidores: Robson Aparecido Dezi-dero (Reitoria), Avanir Furtado de Souza Guerra Júnior (Campus de Jacarezinho), Vinicius Rodrigues Silva (Campus de Bandeirantes) e Ednei Saad do Bonfim (Campus de Cornélio Procopio).

21.2 A responsabilidade pela gestão do contrato caberá ao servidor Luiz Fernando Gon-çalves - Reitoria.

22 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1 A Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, por sua autoridade competen-te, poderá revogar ou invalidar esta licitação, em qualquer de suas fases, fundamentando os motivos que determinarem sua extinção.

22.2 Esclarecimentos relativos à presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, poderão ser solicitados à Comis-são de Licitação da UENP, pelo e-mail licitacao@uenp.edu.br.

22.3 No julgamento das propostas e da habilitação a Comissão poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a ins-trução do processo.

23 - DOS ANEXOS DO EDITAL

23.1 Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO 01 – Termo de Referência.

ANEXO 02 – Relação de Itens.

ANEXO 03 – Modelo de Proposta de Preços.

ANEXO 04 – Minuta de Contrato.

Jacarezinho, 08 de maio de 2026.

Eduardo Rodrigues Andrade
Pregoeiro



ANEXO 01

PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2026

TERMO DE REFERÊNCIA

(Contratação por Pregão)

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de **Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Seguro Veicular**, para 9 (nove) veículos da frota da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

1.2 O objeto a ser contratado nesse processo enquadra-se na categoria de bens e serviços comuns, de que tratam a Lei nº 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

1.3 O ordenamento das propostas será pelo tipo **MENOR PREÇO EM LOTE ÚNICO**, que se constituirá no critério de seleção da proposta mais vantajosa.

1.4 A empresa deverá encaminhar proposta detalhada que deverá conter:

Planilhas de quantitativos e preços unitários e totais para a execução do objeto da presente Licitação;

2. DA JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) dispõe de frota oficial de veículos utilizados no desempenho de atividades administrativas, acadêmicas e operacionais, incluindo transporte de servidores, alunos, materiais e apoio a projetos institucionais.

Considerando a utilização contínua desses veículos e sua importância para o funcionamento regular das atividades institucionais, torna-se necessária a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **Seguro Veicular de Natureza Continuada** para 9 (nove) veículos da frota da Universidade Estadual do Norte do Paraná, visando garantir proteção patrimonial e mitigação de riscos.

A ausência de cobertura securitária expõe a Administração Pública a prejuízos financeiros decorrentes de eventos como:

- g) Colisões, capotamentos e acidentes diversos;
- h) Furto ou roubo dos veículos;
- i) Danos causados a terceiros (materiais e corporais);
- j) Eventos naturais (enchentes, quedas de árvores, granizo, entre outros).

Dessa forma, a contratação de seguro veicular tem como finalidade:

- c) Assegurar a continuidade dos serviços públicos prestados pela Universidade;
- d) Proteger o patrimônio público contra perdas e danos;
- e) Reduzir impactos financeiros decorrentes de sinistros;
- f) Garantir cobertura de responsabilidade civil perante terceiros;



- g) Proporcionar maior segurança aos condutores e usuários dos veículos oficiais.

A solução pretendida consiste na contratação de empresa especializada para fornecimento de apólices de seguro automotivo, com cobertura abrangente (colisão, incêndio, roubo e furto), assistência 24 horas e demais coberturas acessórias, conforme necessidades da Administração.

O objeto está previsto no orçamento de 2026 com **PCA de nº 1915**

2.1 A estimativa da quantidade a ser contratada baseou-se nos termos das tabelas abaixo:

LOTE 1 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.
1	CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916 - 4800EE 9270mm UENP NR.MOTOR: 924971U1562706 CAPACIDADE PASSAGEIROS: 25 NO. CARROCERIA: BUSMNPA90TA0000001706BEPO MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE ANO FABRICAÇÃO/MODELO: 2025/2026 MONTADORA: MBB LO 916 CHASSI: 9BM979285TB446781 COR: BRANCO CHASSI: 9BM979285TB446781 NOME DA COR: BRANCO NÚMERO DE SÉRIE: 000001706 COMBUSTÍVEL: 03-DIESEL NÚMERO DO MOTOR: 924971U1562706 ANO DO MODELO: 2026 ANO DE FABRICAÇÃO: 2025 0 KM (ZERO QUILOMETRO)	1
2	CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916 - 4800EE 9270mm UENP NR.MOTOR: 924971U1562713 CAPACIDADE PASSAGEIROS: 25 NO. CARROCERIA: BUSMNPA90TA0000001705BEPO MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE ANO FABRICAÇÃO/MODELO: 2025/2026 MONTADORA: MBB LO 916 CHASSI: 9BM979285TB446778 COR: BRANCO CHASSI: 9BM979285TB446778 NOME DA COR: BRANCO NÚMERO DE SÉRIE: 000001705 COMBUSTÍVEL: 03-DIESEL NÚMERO DO MOTOR: 924971U1562713 ANO DO MODELO: 2026 ANO DE FABRICAÇÃO: 2025 0 KM (ZERO QUILOMETRO)	1
3	CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916 - 4800EE 9270mm UENP NR.MOTOR: 924971U1562981, CAPACIDADE PASSAGEIROS: 25 NO. CARROCERIA: BUSMNPA90TA 0000001708BEPO MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE ANO FABRICAÇÃO/MODELO: 2025/2026 MONTADORA: MBB LO 916 CHASSI: 9BM979285TB446794 COR: BRANCO CHASSI: 9BM979285TB446794 NOME DA COR: BRANCO NÚMERO DE SÉRIE: 000001708 COMBUSTÍVEL: 03-DIESEL NÚMERO DO MOTOR: 924971U1562981 ANO DO MODELO: 2026 ANO DE FABRICAÇÃO: 2025 0 KM (ZERO QUILOMETRO)	1
4	CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916 - 4800EE 9270mm UENP NR.MOTOR: 924971U1562972 CAPACIDADE PASSAGEIROS: 25 NO. CARROCERIA: BUSMNPA90TA0000001707BEPO MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE	1



	ANO FABRICAÇÃO/MODELO: 2025/2026 MONTADORA: MBB LO 916 CHASSI: 9BM979285TB446791 COR: BRANCO CHASSI: 9BM979285TB446791 NOME DA COR: BRANCO NÚMERO DE SÉRIE: 000001707 COMBUSTÍVEL: 03-DIESEL NÚMERO DO MOTOR: 924971U1562972 ANO DO MODELO: 2026 ANO DE FABRICAÇÃO: 2025 0 KM (ZERO QUILOMETRO)	
5	Renault Master Extra PRO L3H2 ANO 2025 ANO 87042190 060 5405 UN 1,0000 298.719,3100 298.719,31 MODELO 2026 CHASSI 93YF62S09TJ511707 MOTOR M9TG726C189350 Veículo Tipo van , capacidade para 015 passageiros + 01 motorista,Novo, zero km rodado, teto alto,cor branca	1
6	Renault Master Extra PRO L3H2 ANO 2025 ANO 87042190 060 5405 UN 1,0000 298.719,3100 298.719,31 MODELO 2026 CHASSI 93YF62S0XTJ511702 MOTOR M9TG726C189349 Veículo Tipo van , capacidade para 015 passageiros + 01 motorista,Novo, zero km rodado, teto alto,cor branca	1
7	VW/VIRTUS MB Branco Cristal Número do Chassi: 9BWDH6BZIT40021581 Combustível: Álcool/Gasolina Ano Fabricação: 2025 Ano Modelo: 2026 0 KM (ZERO QUILOMETRO)	1
8	VW/VIRTUS MB Branco Cristal Número do Chassi: 9BWDH6BZ4T4021591 Combustível: Álcool/Gasolina Ano Fabricação: 2025 Ano Modelo: 2026 0 KM (ZERO QUILOMETRO)	1
9	VW/VIRTUS MB Branco Cristal Número do Chassi: 9BWDH6BZ5T4021583 Combustível: Álcool/Gasolina Ano Fabricação: 2025 Ano Modelo: 2026 0 KM (ZERO QUILOMETRO)	1

2.2 O objetivo da contratação, portanto, é contratar empresa especializada na prestação de serviços de **Seguro Veicular de Natureza Continuada** para atender as especificações, condições e necessidades da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Contratação de **Seguro Veicular**, para 9 (nove) veículos da frota da Universidade Estadual do Norte do Paraná.

LOTE 1 - Universidade Estadual do Norte do Paraná					
ITEM	DESCRIÇÃO	Código do GMS	CASCO (COMPREENSIVO)	FRANQUIA (VALOR MÁXIMO)	VALOR MÉDIO (valor máximo) do prêmio
1	CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916 NR.MOTOR: 924971U1562706 CAPACIDADE PASSAGEIROS: 25 NO. CARROCERIA: BUSMNP90TA0000001706BEPO MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS	Classe 120 Número 51616	100% da Tabela Fipe	R\$ 67.947,30	R\$ 12.219,21



	<p>NASCERE</p> <p>ANO FABRICAÇÃO/MODELO:</p> <p>2025/2026 0 KM (ZERO QUILOMETRO)</p> <p>MONTADORA: MBB LO 916 CHASSI: 9BM979285TB446781</p> <p>COR: BRANCO CHASSI: 9BM979285TB446781</p> <p>NOME DA COR: BRANCO NÚMERO DE SÉRIE: 000001706</p> <p>COMBUSTÍVEL: 03-DIESEL</p>				
2	<p>CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916 NR.MOTOR: 924971U1562713</p> <p>CAPACIDADE PASSAGEIROS: 25 NO. CARROCERIA:</p> <p>BUSMNPA90TA0000001705BEPO</p> <p>MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS</p> <p>NASCERE</p> <p>ANO FABRICAÇÃO/MODELO:</p> <p>2025/2026 0 KM (ZERO QUILOMETRO)</p> <p>MONTADORA: MBB LO 916 CHASSI: 9BM979285TB446778</p> <p>COR: BRANCO</p> <p>CHASSI: 9BM979285TB446778</p> <p>NOME DA COR: BRANCO</p> <p>NÚMERO DE SÉRIE: 000001705</p> <p>COMBUSTÍVEL: 03-DIESEL</p>	<p>Classe 120</p> <p>Número 51616</p>	100% da Tabela Fipe	R\$ 67.947,30	R\$ 12.219,21
3	<p>CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916 NR.MOTOR: 924971U1562981</p> <p>CAPACIDADE PASSAGEIROS: 25 NO. CARROCERIA:</p> <p>BUSMNPA90TA 0000001708BEPO</p> <p>MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS</p> <p>NASCERE</p> <p>ANO FABRICAÇÃO/MODELO:</p> <p>2025/2026 0 KM (ZERO QUILOMETRO)</p> <p>MONTADORA: MBB LO 916 CHASSI: 9BM979285TB446794</p> <p>COR: BRANCO CHASSI: 9BM979285TB446794</p> <p>NOME DA COR: BRANCO NÚMERO DE SÉRIE: 000001708</p> <p>COMBUSTÍVEL: 03-DIESEL</p>	<p>Classe 120</p> <p>Número 51616</p>	100% da Tabela Fipe	R\$ 67.947,30	R\$ 12.219,21
4	<p>CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916 NR.MOTOR: 924971U1562972</p> <p>CAPACIDADE PASSAGEIROS: 25 NO. CARROCERIA:</p> <p>BUSMNPA90TA0000001707BEPO</p> <p>MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS</p> <p>NASCERE</p> <p>ANO FABRICAÇÃO/MODELO:</p> <p>2025/2026 0 KM (ZERO QUILOMETRO)</p> <p>MONTADORA: MBB LO 916 CHASSI: 9BM979285TB446791</p> <p>COR: BRANCO</p> <p>CHASSI: 9BM979285TB446791</p> <p>NOME DA COR: BRANCO</p> <p>NÚMERO DE SÉRIE: 000001707</p> <p>COMBUSTÍVEL: 03-DIESEL</p> <p>NÚMERO DO MOTOR: 924971U1562972</p>	<p>Classe 120</p> <p>Número 51616</p>	100% da Tabela Fipe	R\$ 67.947,30	R\$ 12.219,21



	ANO DO MODELO: 2026 ANO DE FABRICAÇÃO: 2025				
5	Renault Master Extra PRO L3H2 ANO 2025 ANO 87042190 060 5405 UN 1,0000 298.719,3100 298.719,31 MODELO 2026 CHASSI 93YF62S09TJ511707 MOTOR M9TG726C189350 Veículo Tipo van , capacidade para 015 passageiros + 01 motorista,Novo, zero km rodado teto alto,cor branca	Classe 120 Número 51616	100% da Tabela Fipe	R\$ 36.879,55	R\$ 5.128,82
6	Renault Master Extra PRO L3H2 ANO 2025 ANO 87042190 060 5405 UN 1,0000 298.719,3100 298.719,31 MODELO 2026 CHASSI 93YF62S0XTJ511702 MOTOR M9TG726C189349 Veículo Tipo van , capacidade para 015 passageiros + 01 motorista,Novo, zero km rodado , teto alto,cor branca	Classe 120 Número 51616	100% da Tabela Fipe	R\$ 36.879,55	R\$ 5.128,82
7	VW/VIRTUS MB Branco Cristal Número do Chassi: 9BWDH6BZIT40021581 Combustível: Álcool/Gasolina Ano Fabricação: 2025 Ano Modelo: 2026 0 KM (ZERO QUILOMETRO)	Classe 120 Número 51616	100% da Tabela Fipe	R\$ 7.896,55	R\$ 2.336,67
8	VW/VIRTUS MB Branco Cristal Número do Chassi: 9BWDH6BZ4T4021591 Combustível: Álcool/Gasolina Ano Fabricação: 2025 Ano Modelo: 2026 0 KM (ZERO QUILOMETRO)	Classe 120 Número 51616	100% da Tabela Fipe	R\$ 7.896,55	R\$ 2.336,67
9	VW/VIRTUS MB Branco Cristal Número do Chassi: 9BWDH6BZ5T4021583 Combustível: Álcool/Gasolina Ano Fabricação: 2025 Ano Modelo: 2026 0 KM (ZERO QUILOMETRO)	Classe 120 Número 51616	100% da Tabela Fipe	R\$ 7.896,55	R\$ 2.336,67
R\$ 66.144,49				VALOR TOTAL	

Para a composição do valor estimado da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de **Seguro Veicular**, foi considerada a média simples dos **preços unitários**, oriundo de cotação com empresas particulares, banco de preços www.bancodeprecos.com.br e ata de registro de preços.

O Valor Total Global estimado correspondente ao Lote 01 **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ** , é de **R\$66.144,49** (Sessenta e Seis Mil, Cento e Quarenta e Quatro Reais e Quarenta e Nove Centavos).



4. DA ENTREGA E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 O prazo de prestação dos serviços será de 1 (um) ano contados a partir do envio da ordem de fornecimento/serviço pela UENP.

4.2 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.3 Os bens/serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

5.1 A presente contratação tem por objeto a seleção de empresa especializada na prestação de serviços de **Seguro Veicular**, visando à cobertura de 9 (nove) veículos pertencentes à frota da Universidade Estadual do Norte do Paraná, de modo a garantir proteção patrimonial, continuidade das atividades institucionais e mitigação de riscos operacionais.

5.2 Requisitos Gerais da Contratação

A empresa contratada deverá atender aos seguintes requisitos mínimos:

- e. Ser devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) para operar no ramo de seguros;
- f. Comprovar regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, conforme legislação vigente;
- g. Disponibilizar atendimento 24 (vinte e quatro) horas, inclusive em finais de semana e feriados.

5.3. Requisitos Específicos do Seguro

O seguro contratado deverá contemplar, no mínimo, as seguintes coberturas:

CASCO (COMPREENSIVO)	100% DA TABELA FIPE
MORTE ACIDENTAL	R\$ 50.000,00
INVALIDEZ PERMANENTE - TOTAL OU PARCIAL	R\$ 50.000,00
DESPESAS MÉDICAS E HOSPITALARES	R\$ 50.000,00
DANOS MATERIAIS	R\$ 200.000,00
DANOS CORPORAIS	R\$ 200.000,00
DANOS MORAIS	R\$ 100.000,00



Guincho/reboque ilimitado	ASSISTÊNCIA 24 HORAS
<p>Socorro mecânico e elétrico</p> <p>Chaveiro</p> <p>Troca de pneus</p> <p>Carga de bateria</p> <p>Pane seca</p> <p>Lanternas</p> <p>Faróis</p> <p>Retrovisores</p> <p>Para-brisa</p> <p>Vidros traseiros</p> <p>Pequenos reparos</p> <p>Taxi</p> <p>Cobertura em todo o território nacional</p> <p>Disponibilizar rede credenciada de oficinas regularizadas</p>	ASSISTÊNCIA 24 HORAS

O objeto do presente Termo de Referência deverá ter **vigência da cobertura do seguro por 1 (um) ano.**

5.4 Requisitos Operacionais

- a) A apólice deverá contemplar todos os 9 veículos da frota, com especificação individual (marca, modelo, ano, placa, valor segurado);



- b) A seguradora deverá garantir agilidade no atendimento de sinistros, com prazo reduzido para vistoria e indenização;
- c) Disponibilização de canais de atendimento eficientes (telefone, e-mail e/ou plataforma digital);
- d) Emissão de apólice única ou individualizada, conforme necessidade da Administração.

5.5 Requisitos de Desempenho e Qualidade

- e) Cumprimento dos prazos estabelecidos para atendimento e resolução de sinistros;
- f) Clareza nas condições contratuais, sem cláusulas abusivas;
- g) Rede credenciada de oficinas ampla e qualificada;
- h) Índices satisfatórios de atendimento e solução de demandas.

5.6 Requisitos Legais e Normativos

A contratação deverá observar:

- a) A Lei nº 14.133/2021;
- b) Normas e regulamentações da Superintendência de Seguros Privados;
- c) Demais legislações aplicáveis à Administração Pública.

5.7 Forma de Execução

A execução do serviço ocorrerá da seguinte forma:

- k) Emissão de apólice(s) contemplando todos os veículos, com identificação individual;
- l) Atendimento contínuo (24h) para acionamento em caso de sinistros;
- m) Disponibilização de rede credenciada de oficinas e prestadores de serviço;
- n) Regulação de sinistros com prazos definidos e compatíveis com a necessidade da Administração;
- o) Indenização ou reparação dos danos conforme condições contratuais.

5.8 Vigência da Contratação

A vigência inicial do contrato será de **01 (um) ano**, podendo ser prorrogada conforme interesse da Administração, nos termos da legislação vigente.

6. DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

6.1 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

6.2 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens/serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

6.3 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido/serviço executado, para que seja substituído, reparado ou



corrigido.

6.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

6.5 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do bem/execução do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

6.6 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela empresa fornecedora, de acordo com os termos de sua proposta;

6.7 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo fornecedor;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1 O (s) responsável (is) pela fiscalização e acompanhamento do processo: **Robson Aparecido Dezidero** - Coordenador de Gestão de Bens Patrimoniais COGEP - Reitoria, e-mail: radezidero@uenp.edu.br, **Avanir Furtado de Souza Guerra Júnior** - Setor de Frota Campus Jacarezinho, e-mail: juniorfurtado@uenp.edu.br, **Vinicius Rodrigues da Silva** Setor: Coordenador Geral - Apoio à Infraestrutura Campus Luiz Meneghel, vinicius@uenp.edu.br, e **Ednei Saad do Bonfim** - Setor: Frota do Campus Cornélio Procópio, e-mail: esbonfim@uenp.edu.br e o Gestor: **Luiz Fernando Gonçalves** - COGEP – Divisão de Transporte, e-mail: luiz.fernando@uenp.edu.br e Telefone: (43) 3511-3200.

8.2 Todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato serão devidamente registradas, e as medidas necessárias para a correção de falhas ou defeitos observados serão determinadas.

8.3 A fiscalização mencionada neste item não exime nem diminui a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, mesmo que resultantes de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios. Em tais casos, a fiscalização não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, conforme a legislação aplicável.

8.4 O representante da Administração registrará todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, especificando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários envolvidos. Serão indicadas as providências necessárias para regularizar falhas ou defeitos observados, e os registros serão encaminhados à autoridade competente para as ações cabíveis.

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável pela elaboração do TR

Ricardo Michelato dos Anjos
REG-GAB - Gabinete do Reitor

Jacarezinho, 30 de Abril de 2026.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

ANEXO 02

RELAÇÃO DE ITENS

LOTE ÚNICO:

Item	Veículo	Valor máximo da Franquia	Valor máximo do Prêmio
1	Micro-ônibus – Placa UBR-5I19 – Renavam 01485403232, (nº de série 000001706): CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916. MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branco. CHASSI: 9BM979285TB446781.	R\$ 67.947,30	R\$ 12.219,21
2	Micro-ônibus – Placa UBR-5I17 – Renavam 01485399421, (nº de série 000001705): CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916. MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branco. CHASSI: 9BM979285TB446778.	R\$ 67.947,30	R\$ 12.219,21
3	Micro-ônibus – Placa UBR-5I16 – Renavam 01485405308, (nº de série 000001708): CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916. MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branco. CHASSI: 9BM979285TB446794.	R\$ 67.947,30	R\$ 12.219,21
4	Micro-ônibus – Placa UBR-5I20 – Renavam 01485404948, (nº de série 000001707): CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916. MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branco. CHASSI: 9BM979285TB446791.	R\$ 67.947,30	R\$ 12.219,21
5	Van: Renault Master Extra PRO L3H2 – Placa UBM-8D13 – Renavam 01477733849, (CHASSI 93YF62S09TJ511707). Combustível: Diesel. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branca.	R\$ 36.879,55	R\$ 5.128,82
6	Van: Renault Master Extra PRO L3H2 – Placa UBM-8D12 – Renavam 01477735230, (CHASSI 93YF62S0XTJ511702). Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branca.	R\$ 36.879,55	R\$ 5.128,82



7	Automóvel: VW/VIRTUS MB 1.0 TSI - Placa UBO-0E22 – Renavam 01478926985, Branco Cristal, CHASSI: 9BWDH6BZIT40021581. Combustível: Álcool/Gasolina. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM.	R\$ 7.896,55	R\$ 2.336,67
8	Automóvel: VW/VIRTUS MB 1.0 TSI – Placa UBO-0E18 – Renavam 01478928988, Branco Cristal, CHASSI: 9BWDH6BZ4T4021591. Combustível: Álcool/Gasolina. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM.	R\$ 7.896,55	R\$ 2.336,67
9	Automóvel: VW/VIRTUS MB 1.0 TSI – Placa UBO-0E20 – Renavam 01478930079, Branco Cristal, CHASSI: 9BWDH6BZ5T4021583. Combustível: Álcool/Gasolina. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM.	R\$ 7.896,55	R\$ 2.336,67
		TOTAL	R\$ 66.144,49

Valor Máximo Total do Lote Único: R\$ 66.144,49 (sessenta e seis mil, cento e quarenta e quatro reais e quarenta e nove centavos).

Informações Gerais:

- Todos os veículos possuem emblema da Instituição.
- Normalmente os veículos não trafegam pelo município de São Paulo ou adjacências.
- A UENP é isenta de IOF, conforme § 3º, inc. I do art. 2º do Decreto 6.306/2007.
- A instituição possui normas de conduta interna que regulamenta a utilização da frota.



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026

ANEXO 03

CARTA PROPOSTA DE PREÇOS

(Modelo)

RAZÃO SOCIAL: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

CNPJ: _____ FONE: (____) _____

E-MAIL: _____

LOTE ÚNICO:

Item	Veículo	Franquia	Prêmio
1	Micro-ônibus – Placa UBR-5I19 – Renavam 01485403232, (nº de série 000001706): CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916. MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branco. CHASSI: 9BM979285TB446781.	R\$...	R\$...
2	Micro-ônibus – Placa UBR-5I17 – Renavam 01485399421, (nº de série 000001705): CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916. MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branco. CHASSI: 9BM979285TB446778.	R\$...	R\$...
3	Micro-ônibus – Placa UBR-5I16 – Renavam 01485405308, (nº de série 000001708): CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916. MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branco. CHASSI: 9BM979285TB446794.	R\$...	R\$...
4	Micro-ônibus – Placa UBR-5I20 – Renavam 01485404948, (nº de série 000001707): CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916. MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branco. CHASSI: 9BM979285TB446791.	R\$...	R\$...
5	Van: Renault Master Extra PRO L3H2 – Placa UBM-8D13 – Renavam 01477733849, (CHASSI 93YF62S09TJ511707). Combustível: Diesel. Ano	R\$...	R\$...



	Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branca.		
6	Van: Renault Master Extra PRO L3H2 – Placa UBM-8D12 – Renavam 01477735230, (CHASSI 93YF62S0XTJ511702). Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branca.	R\$...	R\$...
7	Automóvel: VW/VIRTUS MB 1.0 TSI - Placa UBO-0E22 – Renavam 01478926985, Branco Cristal, CHASSI: 9BWDH6BZIT40021581. Combustível: Álcool/Gasolina. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM.	R\$...	R\$...
8	Automóvel: VW/VIRTUS MB 1.0 TSI – Placa UBO-0E18 – Renavam 01478928988, Branco Cristal, CHASSI: 9BWDH6BZ4T4021591. Combustível: Álcool/Gasolina Ano Fabricação: 2025 Ano Modelo: 2026. 0KM.	R\$...	R\$...
9	Automóvel: VW/VIRTUS MB 1.0 TSI – Placa UBO-0E20 – Renavam 01478930079, Branco Cristal, CHASSI: 9BWDH6BZ5T4021583. Combustível: Álcool/Gasolina. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM.	R\$...	R\$...
TOTAL			R\$...

Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Dados do responsável pela assinatura do contrato.

Nome:

R.G.:

CPF:

Cargo:

Local e data.

Representante Legal
Cargo



PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2026

ANEXO 04

MINUTA DE CONTRATO nº 06/2026

CONTRATANTE: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO PARANÁ - UENP, autarquia estadual de ensino superior, inscrita no CNPJ sob nº 08.885.100/0001-54, com sede na Avenida Getúlio Vargas nº 850, Centro, Jacarezinho/PR, CEP 86400-000, neste ato, representada por seu Reitor Prof. Dr. Fabio Antonio Néia Martini, portador do RG nº *.07.09*-* SESP/PR, inscrito no CPF sob nº ***.608.41*-*.

CONTRATADA: #####, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº #####, com sede #####, neste ato representada por #####.

As partes têm entre si justo e acertado o presente Contrato, resultante da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico 06/2026** (GMS 606/2026), Processo nº 25.705.719-4, **homologado em 00/00/2026**, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Estadual nº 10.086/2022, suas alterações e demais normas aplicáveis à espécie, mediante as cláusulas e condições especificadas a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Seguro Veicular, para 9 (nove) veículos da frota da UENP.

LOTE ÚNICO

Item	Veículo	Franquia	Prêmio
1	Micro-ônibus – Placa UBR-5I19 – Renavam 01485403232, (nº de série 000001706): CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916. MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branco. CHASSI: 9BM979285TB446781.	R\$...	R\$...
2	Micro-ônibus – Placa UBR-5I17 – Renavam 01485399421, (nº de série 000001705): CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916. MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE. Ano	R\$...	R\$...



	Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branco. CHASSI: 9BM979285TB446778.		
3	Micro-ônibus – Placa UBR-5I16 – Renavam 01485405308, (nº de série 000001708): CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916. MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branco. CHASSI: 9BM979285TB446794.	R\$...	R\$...
4	Micro-ônibus – Placa UBR-5I20 – Renavam 01485404948, (nº de série 000001707): CARRO NASCERE G2 RODOVIÁRIO MB LO 916. MARCA/MODELO: MBB/ITALBUS NASCERE. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branco. CHASSI: 9BM979285TB446791.	R\$...	R\$...
5	Van: Renault Master Extra PRO L3H2 – Placa UBM-8D13 – Renavam 01477733849, (CHASSI 93YF62S09TJ511707). Combustível: Diesel. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branca.	R\$...	R\$...
6	Van: Renault Master Extra PRO L3H2 – Placa UBM-8D12 – Renavam 01477735230, (CHASSI 93YF62S0XTJ511702). Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM. Cor: Branca.	R\$...	R\$...
7	Automóvel: VW/VIRTUS MB 1.0 TSI - Placa UBO-0E22 – Renavam 01478926985, Branco Cristal, CHASSI: 9BWDH6BZIT40021581. Combustível: Álcool/Gasolina. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM.	R\$...	R\$...
8	Automóvel: VW/VIRTUS MB 1.0 TSI – Placa UBO-0E18 – Renavam 01478928988, Branco Cristal, CHASSI: 9BWDH6BZ4T4021591. Combustível: Álcool/Gasolina Ano Fabricação: 2025 Ano Modelo: 2026. 0KM.	R\$...	R\$...
9	Automóvel: VW/VIRTUS MB 1.0 TSI – Placa UBO-0E20 – Renavam 01478930079, Branco Cristal, CHASSI: 9BWDH6BZ5T4021583. Combustível: Álcool/Gasolina. Ano Fabricação: 2025. Ano Modelo: 2026. 0KM.	R\$...	R\$...
TOTAL			R\$...

Parágrafo Único: Integram e completam o presente Contrato, para todos os fins de direito, obrigando-se as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Licitação, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2026**, juntamente com seus anexos e a proposta da **CONTRATADA**.



CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL

2.1 O valor total do presente contrato é de **R\$.....(.....)**.

Parágrafo Primeiro: O valor contratual abrange a execução de serviços, bem como o cumprimento da legislação em vigor, quanto às contratadas assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais e demais encargos pertinentes, necessários à perfeita execução do objeto deste Contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento será realizado mediante a emissão da apólice e emissão do boleto bancário (ou instrumento equivalente).

3.2 O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a apresentação do respectivo boleto bancário.

3.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.3.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.3.2 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.4 O Estado do Paraná não possui convênio com a Receita Federal e, por tal razão, não efetuará a retenção da CSLL, COFINS e PIS/PASEP eventualmente devidos pela CONTRATADA à Receita Federal, conforme Instrução Normativa n.º 001/2019-DTE/SEFA.

CLÁUSULA QUARTA - DO RECURSO FINANCEIRO

4.1 Os pagamentos decorrentes da presente licitação serão efetuados à conta dos recursos da dotação orçamentária nº 4548.12.364.34.8149, natureza de despesa 3390-3969, Fonte: 500.



CLÁUSULA QUINTA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1 Os serviços deverão ser prestados de acordo com as especificações do processo licitatório e a proposta da contratada.

5.2 A Contratada deverá emitir as apólices e os boletos bancários para pagamento.

5.3 A Contratada deverá permanecer como única e total responsável perante a UENP, respondendo pela qualidade e presteza no atendimento, principalmente quando da regularização de sinistro porventura ocorrido.

5.4 Respeitar na apólice de seguro as normas estabelecidas pela SUSEP – Superintendência de Seguro Privados.

5.5 Indicar representante tecnicamente qualificado, bem como, nome para contato, telefones, e-mail e outros recursos para contatos.

5.6 Garantir que em caso de o sinistro ocorrer dentro do prazo de pagamento do prêmio, sem que o mesmo tenha sido efetuado, o direito à indenização não ficará prejudicado se houver quitação do débito até a data do vencimento.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

6.1 O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado - DIOE/PR.

6.2 O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nas condições básicas determinadas art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e art. 406 do Decreto Estadual 10.086/2022, mediante ajuste entre as partes interessadas.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FISCAL E DO GESTOR DE CONTRATO

7.1 A fiscalização dos serviços será realizada pelos servidores: Robson Aparecido Dezidero (Reitoria), Avanir Furtado de Souza Guerra Júnior (Campus de Jacarezinho), Vinicius Rodrigues Silva (Campus de Bandeirantes) e Ednei Saad do Bonfim (Campus de Cornélio Procopio).

7.2 A responsabilidade pela gestão do contrato caberá ao servidor Luiz Fernando Gonçalves - Reitoria.

CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1 - Não é permitida a subcontratação do objeto.



CLÁUSULA NONA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

9.1 Constituem direitos de a **CONTRATANTE** receber o objeto deste Contrato nas condições avençadas e da **CONTRATADA** perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

Parágrafo Primeiro: Constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) emitir a Ordem de Serviço;
 - b) esclarecer eventuais dúvidas sobre detalhes dos serviços a serem executados e possíveis interferências que porventura não tenham sido suficientemente esclarecidas ou previstas;
 - c) comunicar oficialmente à CONTRATADA quaisquer falhas verificadas no cumprimento do contrato;
 - d) efetuar o pagamento ajustado;
- dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do Contrato.

Parágrafo Segundo: Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) prestar os serviços na forma ajustada;
- b) Emitir documento que contenha os dados do seguro e dos veículos, coberturas, valores contratados (importâncias seguradas), franquias, vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como as modificações que se produzam durante a vigência do seguro;
- c) manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de Licitação, **PREGÃO ELETRÔNICO nº 06/2026**;
- d) responsabilizar-se por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a CONTRATANTE;
- e) responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução deste contrato, ainda que acontecido em dependência da CONTRATANTE;



f) apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

g) o contratado deverá estar em dia com a Fazenda do Estado do Paraná, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e com o Instituto de Seguridade Social, mantendo esta condição de regularidade durante toda a execução do contrato, sob pena de rescisão unilateral do contrato pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO CONTRATUAL

10.1 O contratado que incorra em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

10.1.1 Pelo descumprimento total ou parcial de quaisquer das obrigações estabelecidas neste edital, são cabíveis as seguintes sanções administrativas:

- h. Advertência;
- i. Multa;
- j. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar por prazo não superior a 02 (dois) anos,
- k. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a UENP, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

10.1.2 Para aplicação das sanções administrativas, a UENP levará em consideração a natureza e a gravidade da falta, os prejuízos dela advindos e a reincidência na prática do ato, apurados mediante processo administrativo, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

10.2 A sanção administrativa de **ADVERTÊNCIA** será aplicada por escrito e destinada às condutas que prejudiquem o andamento do procedimento de contratação, nos moldes do art. 195 do Decreto Estadual 10.086/2022:

I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

10.3 A sanção administrativa de **MULTA** poderá ser de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, e será



aplicada a quem:

10.4 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022.

10.5 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

10.6 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto n.º 11.953, de 2018.

10.8 A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

10.8.1 A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impõe a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

10.9 Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

10.10 Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná,

10.11 As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

10.12 A sanção administrativa de **IMPEDIMENTO DE LICITAR** impedirá o sancionado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Paraná, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, conforme § 3º do art. 196 do Decreto Estadual 10.086/2022.

10.13 A sanção administrativa de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE** será aplicada nas hipóteses dos ilícitos previstos nos incisos do art. 197 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO



11.1 A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 180, do Decreto Estadual nº 10.086/2022, ensejará a extinção do presente contrato.

11.2 Os casos de extinção contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.4 A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar nas consequências previstas no art. 139 da Lei nº 14.133/2022, sem prejuízo das demais sanções previstas.

11.5 Conforme disposto no art. 90, § 7º da Lei 14.133/2022 será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento em consequência de rescisão contratual.

11.6 O CONTRATADO reconhece, desde já, todos os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão por inexecução total ou parcial do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

12.1 Os preços contratuais poderão ser reajustados, em Reais, de acordo com o inciso LVIII do art. 6º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e com os art. 169 e 170 do Decreto Estadual nº 10.086, de 2022.

12.1.1 O reajustamento de preços, quando e se for o caso, será efetuado observada a periodicidade prevista em lei nacional, considerando-se a variação ocorrida desde a data do orçamento, conforme estabelece o parágrafo único do art. 169 do Decreto Estadual nº 10.086/2022, até a data do efetivo adimplemento da obrigação, calculada pelo índice definido neste Contrato.

12.1.2 No caso da necessidade de reajuste do valor deste contrato, nos termos do art. 6º, inc. LVIII da Lei 14.133/21, será adotado como índice o IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IBGE).

12.1.3 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.1.3.1 Na ausência dos índices específicos ou setoriais, previstos no artigo anterior, adotar-se-á o índice geral de preços mais vantajoso para a Administração, calculado por instituição oficial que retrate a variação do poder aquisitivo da moeda.

12.1.4 Na ocorrência de pedido de repactuação de preços, o mesmo será respondido em até 30 (trinta) dias.



12.1.5 Na ocorrência de pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, o mesmo será respondido em até 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

13.1 O presente termo será executado em regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

14.1 O presente instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na legislação abaixo e outras pertinentes ao objeto, ainda que não explicitadas:

- e) Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- f) Decreto Estadual nº 10.086, de 17 de janeiro de 2022;
- g) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- h) Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor;
- i) Código Civil Brasileiro e, ainda, pelos preceitos de direito público e pelos princípios da Teoria Geral dos Contratos.

14.2 Aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15.1 Fica eleito o foro da Comarca de Jacarezinho para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito.

Jacarezinho, de 2026.

CONTRATANTE:

Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP
Reitor

CONTRATADA:



Nome da Empresa
Nome do representante legal

Gestor do Contrato

Fiscal do Contrato

TESTEMUNHAS:
